



Reflexão sobre as desigualdades sociais entre crianças: revendo as metodologias de pesquisa sobre/com crianças¹

Thinking social inequality between children: some feedback on qualitative research methodologies focused on children

Penser les inégalités sociales entre enfants: retour sur les méthodologies de recherche sur/avec les enfants

Pascale Garnier²



<https://orcid.org/0000-0002-1287-1829>

Resumo: O objetivo deste artigo é resgatar a questão das desigualdades sociais entre as crianças – consideradas como um objeto ao mesmo tempo construído e real –, através de um olhar crítico sobre as metodologias de pesquisa qualitativas que as colocam em evidência. Por um lado, ao atribuir às crianças, *a priori*, as propriedades sociais de seus pais, tais metodologias envolvem um raciocínio emprestado do trabalho de objetivação e de totalização estatística. Por outro lado, fazer as crianças “falarem” não é evidente e redobra a sua provação durante essa situação social de entrevista, seja ela coletiva ou individual. Em suma, a natureza preestabelecida da confrontação das crianças e seu caráter desde o início discriminatório condena a pesquisa a encontrar, ao final, as desigualdades sociais que ela mesma previu. Realizar pesquisa “com” crianças demanda outras metodologias, preocupadas em dar recursos para estimular que a sua expressão alcance o nível da dos adultos do seu entorno. Esse tipo de pesquisa exige uma grande reflexividade crítica e uma concepção híbrida, distribuída e situada da agency das crianças. A escolha das provas às quais as metodologias submetem as crianças, bem como as formas de qualificá-las, revelam-se decisivas, assim, na construção das desigualdades entre elas.

Palavras-chave: Crianças. Metodologias. Desigualdades sociais. Agency.

Abstract: This article aims to question social inequality between children who are considered as objects that are at once constructed and real, by taking a critical look at the qualitative research methodologies that focus on revealing inequality. On the one hand, by immediately associating children with the social characteristics of their parents, these methods involve an approach that is rooted in objectification and statistical totalization. On the other hand, “to make children speak” is not easy and puts more weight on testing children in social situations

¹ Artigo originalmente publicado na *Revue des sciences Sociales*, n. 64, 2020, p. 54-61. DOI: <https://doi.org/10.4000/revss.5786>. © Presses universitaires de Strasbourg. A permissão para a tradução e a publicação foi concedida por Tessa Jacquot (Maison d’Édition Scientifique de l’Université de Strasbourg). Tradução realizada por Isabela Beraldi Esperandio, sob orientação da Prof. Dr. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard.

² Doutora em Sociologia, Paris EHESS. Acreditação para realizar pesquisa em ciências da educação. Professora universitária em ciências da educação. Membro do laboratório EXPERICE (EA 3971) da Sorbonne Paris Cité, Universidade de Paris 13. Codiretora do mestrado em profissões da primeira infância, em ciências da educação. Membro do Labex ICCA (Indústrias Culturais e Criação Artística). E-mail: pascale.garnierx@free.fr

constituted by collective or individual interviews. In short, the pre-arranged character of testing applied to children and its inherently discriminatory character condemns research to ultimately find the social inequalities it has established from the outset. Doing research “with” children rather calls for other methodologies that take into account the expression of children and of the adults around them. It requires strong critical reflexivity and needs a hybrid design, based on distributed and situated children’s agency. The choice of tests to which these methodologies subject children, as well as the ways children are qualified, appear equally important in determining how inequalities between children are produced.

Keywords: Children. Qualitative methodology. Social inequalities. Agency.

Résumé: Cet article vise à ressaisir la question des inégalités sociales entre les enfants, considérées comme un objet tout à la fois construit et réel, à travers un regard critique sur les méthodologies de recherches qualitatives qui les mettent en évidence. D'une part, en attribuant a priori aux enfants les propriétés sociales qui sont celles de leurs parents, elles mettent en jeu un raisonnement empruntant au travail d'objectivation et de totalisation statistique. D'autre part, « faire parler » les enfants ne va pas de soi et redouble la mise à l'épreuve des enfants par cette situation sociale qu'est l'entretien, qu'il soit collectif ou individuel. Bref, le caractère pré-agencé de la mise à l'épreuve des enfants et son caractère d'emblée discriminant condamne la recherche à retrouver *in fine* les inégalités sociales qu'elle y a mise. Faire de la recherche « avec » les enfants appelle d'autres méthodologies soucieuses de leur donner des ressources pour favoriser leur expression, comme celle des adultes de leur entourage. Elle demande une forte réflexivité critique et une conception hybride, distribuée et située de l'*agency* des enfants. Le choix des épreuves auxquelles les méthodologies soumettent les enfants ainsi que les manières de les qualifier apparaissent ainsi comme décisifs dans la fabrique des inégalités entre enfants.

Mots-clés: Enfants. Méthodologies. Inégalités Sociales. Agency.

Introdução

É possível afirmar, como fez Desrosières (2000), que um objeto pode ser ao mesmo tempo construído e real. Nesse sentido, propomos resgatar a questão das desigualdades sociais entre as crianças através de um olhar crítico sobre as metodologias qualitativas de pesquisas que buscam mostrá-las. Faz-se necessária uma análise reflexiva sobre esses procedimentos metodológicos não para contestá-los ou negar sua existência, mas para relacioná-los às suas condições sociais de produção. Em particular, os debates entre *agency*³ e estrutura desenvolvidos há mais de 20 anos no círculo anglófono dos *childhood studies* (Garnier, 2015a) não dizem respeito apenas às desigualdades sociais; também se relacionam, de início, a essa prática social específica que é a investigação sociológica que confronta crianças e adultos.

Estudando esses procedimentos em obras francesas (Lignier; Pagis, 2017; Millet; Croizet, 2016; Zarca, 1999), mostraremos como, ao atribuir de imediato às crianças as mesmas propriedades sociais que seus pais, essas pesquisas adotam um raciocínio oriundo do trabalho de totalização e objetivação estatística. Além disso, fazer as crianças “falarem” não é evidente e redobra a “provação” (Garnier, 1995) delas durante essa situação social de entrevista, seja ela coletiva ou individual. Além disso, a

³ Optamos por não traduzir o termo “agency” aqui para indicar sua polissemia em inglês (Mackenzie, 2012). Seus diferentes significados são também objeto de debate na sociologia da infância e da socialização (Garnier, 2015a).

escolha de perguntas distantes da experiência das crianças pode representar também uma prova socialmente discriminatória. Em suma, a natureza preestabelecida das provas e seu caráter discriminatório condenam as pesquisas a reencontrar, ao final, as desigualdades sociais que elas mesmas previram desde o início. De passagem, as situações e os dispositivos de investigação transformam uma visão da infância como vítima das desigualdades sociais e fazem das crianças suas (re)produtoras.

Em contrapartida, indicaremos como outras metodologias, preocupadas em levar em consideração a expressão das crianças a partir de seu próprio ponto de vista e o dos adultos do seu entorno (Garnier; Rayna, 2017), alinham-se a uma concepção de *agency* híbrida, distribuída e situada. Essas metodologias, notadamente visuais, visam dar escolhas às crianças em relação à situação da pesquisa, bem como controlar suas próprias operações interpretativas, compartilhando-as. Em vez de categorizá-las e indexá-las em uma topografia social através de um olhar genérico, fazem da incerteza e da pluralidade de sua classificação um valor essencial do trabalho de pesquisa.

Em suma, trata-se de mostrar que as provas às quais se submetem as crianças de acordo com as escolhas metodológicas dos pesquisadores, assim como as formas de qualificá-las, parecem ser decisivas nessa fábrica de desigualdades sociais: tanto no que toca à ética da pesquisa como no que concerne aos princípios de classificação em que se baseiam. Em conclusão, restará questionar, em uma perspectiva de comparação internacional, o quanto as abordagens de pesquisa na França se devem a uma configuração particular das relações sociais e do papel do Estado em relação a elas, principalmente através do lugar da escola como instituição de socialização.

Agency/estrutura: um debate que se repete nas metodologias de pesquisa

Depois do mundo anglófono, a questão da *agency* das crianças chega ao campo da Sociologia francesa, como se todos os debates que ela já havia originado nos últimos 20 anos no âmbito da *sociology of childhood and children* e, mais amplamente, dos *childhood studies*, pudessem ser mantidos em silêncio (Garnier, 2015a). Como se ainda se tratasse de opor *agency* – muitas vezes entendida como o poder de agir das crianças – e estruturas – mecanismos de dominação, interiorização e reprodução social impostos a elas, principalmente pelos adultos. No entanto, alguns críticos anglófonos da noção de *agency* realçaram sua natureza sobretudo relacional e híbrida: são as escolhas que o ambiente material e humano oferece ou não às crianças que permitem que elas exerçam ou não um poder de agir sobre esse ambiente. É então em termos de interdependências que a *agency* é exercida, e não como algo intrínseco às pessoas, que se deveria lhes atribuir ou, ao contrário, negar *a priori*. Daí também vem uma crítica forte, no mundo anglófono, às concepções tradicionais e teleológicas da socialização como integração aos grupos sociais, em vez de pensar a participação da criança na vida

social desde o seu nascimento, ou mesmo antes, e, vice-versa, a imaturidade da vida adulta e sua incompletude (Lee, 2001).

Longe de estarem circunscritos a posicionamentos teóricos, esses debates são encarnados por metodologias de pesquisa com/sobre crianças. Se compreendermos por “método” uma “visão do mundo articulada a uma prática em torno de um objetivo de conhecimento rigoroso” (Paillé, 2010, p. 67), a questão das metodologias de pesquisa, especialmente no campo das desigualdades sociais, é insubstituível porque impõe o exercício de uma reflexividade crítica. Ela se situa na articulação entre, por um lado, o exercício prático da Sociologia, isto é, uma prática social inscrita em uma área de produção científica, inclusive em suas habilidades, e as relações sociais particulares que ela envolve (Bourdieu, 2001) e, por outro, as escolhas teóricas fundamentais e os valores dos pesquisadores. Se as desigualdades só têm sentido na relação com sua construção sociológica, então uma reflexividade crítica sobre essas operações é essencial, em primeiro plano, para pensar sobre elas (Prout, 2004). Assim, a metodologia não se reduz a técnicas de pesquisa: mais decisivamente, aciona uma visão política do mundo, aqui sobretudo das crianças e da infância, bem como a ética, na medida em que, de uma maneira ou de outra, testa as crianças ou, mais exatamente, é em provas que se define aquilo de que as crianças são capazes (Garnier, 1995).

Da objetivação estatística das desigualdades aos estudos qualitativos

Na esteira dos trabalhos de Durkheim sobre o suicídio, toda uma tradição da Sociologia visa revelar os motores sociais de comportamentos individuais, ordinariamente pensados como espontâneos ou ainda de natureza psicológica, com a ajuda de um instrumento de ruptura, que é a estatística: “na estatística dos suicídios, eles (os sofrimentos) registram-se por si sós, sem deixar lugar para a apreciação pessoal” (Durkheim, 1986, p. 450). Nessa perspectiva, as desigualdades sociais entre crianças passam por um trabalho de objetivação estatística que não revela relações causais, e sim correlações entre, de um lado, esta ou aquela prática, característica ou performance das crianças e, de outro, as propriedades sociais dos seus pais. No trabalho de objetivação, estas se baseiam nas ferramentas de equiparação entre as pessoas e são intimamente ligadas ao desenvolvimento do papel do Estado nas relações sociais (o que a etimologia da palavra estatística, ligada a Estado, lembra), como a construção das categorias socioprofissionais, estudadas por Desrosières e Thévenot (1988), ou também em termos de níveis de diplomas ou de qualificação acreditados. Se, por um lado, as variáveis chamadas de independentes dos trabalhos estatísticos se tornam hoje em dia mais e mais precisas e exaustivas sobre a situação familiar e o ambiente das crianças e, por outro lado, as operações estatísticas de administração da prova são mais exigentes em termos de cálculo, a verdade é que se

baseiam em “restrições específicas como aquela de produzir uma representação homogênea (porque quantificável) e exaustiva do mundo social” (Desrosières; Thévenot, 1988, p. 102). As diferenças, assim reveladas estatisticamente entre as crianças, assumem então o significado de desigualdades em referência a essa arquitetura convencional e estatal de uma totalização do espaço social.

Entretanto, no campo da socialização das crianças e jovens, são numerosos os trabalhos que adotam tacitamente essa forma de raciocínio baseada na objetivação estatística. É o caso, por exemplo, de Zarca, cuja quantidade de entrevistas denominadas “clínicas” com crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental permite fazer uma “análise quantitativa dos diferentes esquemas de classificação ou das hierarquias construídas apoiada em uma análise qualitativa dos modos de operar e de se justificar” (Zarca, 1999, p. 79). A forma de articular os objetivos quantitativos e qualitativos encontra-se em uma mesma operação, que é evidente: atribuir diretamente às crianças as propriedades sociais dos seus pais, como mostra esta retranscrição de uma entrevista em que o pesquisador conversa com uma criança sobre a classificação de cinco ocupações profissionais que ela fez:

(menino, 4º ano, escola B, pai entregador, mãe babá, origem oriental) tendo classificado: AD-PU-A-MO-PC⁴
– (pesquisador) por que o pintor de carros tem menor nota?
– (aluno) porque eu nunca ouvi ninguém falar de um pintor de carros (Zarca, 1999, p. 88).

O mesmo acontece quando se trata de fazer um relato sobre uma observação *in situ* de crianças, correlacionando o que as crianças fazem com o meio social e a categoria socioprofissional ou a ocupação dos seus pais:

A professora designa uma menina, Moura (pai supridor, mãe assistente administrativa) para distribuir os copos; outra menina para ir ao banheiro encher a jarra d’água e um menino, Mouloud (pai operador de triagem, mãe funcionária da prefeitura), para buscar leite na cantina e voltar para servir os colegas (Millet; Croizet, 2016, p. 158).

Nas observações das turmas, neste caso na Educação Infantil, os pesquisadores procuram qualificar as crianças sistematicamente conforme as ocupações dos pais para significar a distribuição não aleatória das tarefas atribuídas pelos professores e a maneira como qualificam os alunos. Pela sua recorrência, essa distribuição consolida as desigualdades sociais entre crianças e evidencia processos de dominação cultural ancorados em cada uma delas. A ausência de quantificação não impede, assim, o deslocamento da “topografia social” no âmbito da observação etnográfica, o que, por sua vez, lhe

⁴ N. de T.: AD – advogado; PU – professor universitário; A – açougueiro; MO - motorista de ônibus; PA – pintor de carros.

permite ter uma certa independência em relação aos observadores (Desrosières; Thévenot, 1988). No lugar de uma divisão tradicional entre abordagens quantitativas das desigualdades que supõem sempre uma totalização do espaço social e das abordagens qualitativas, é como se desse mais destaque ao transporte e à tradução da objetivação estatística no trabalho de observação do que à articulação das diferentes abordagens.

Tal operação metodológica deixa na sombra o que sua eficácia deve ao senso social dos leitores das obras sociológicas, sejam eles sociólogos ou não. Assim, ao apresentar as crianças como sendo diretamente qualificadas pelas propriedades sociais dos pais, o texto sociológico traz à tona com força o senso comum das classificações sociais adotado pelos leitores, eles mesmos agentes/atores sociais classificados e classificadores (Amossé et al., 2018). Essas categorizações sociais podem ser pensadas em termos de linguagem da instituição e de lutas de classificação, segundo Bourdieu (1979), ou como uma pluralidade de lógicas de produção de identidade, de acordo com Boltanski e Thévenot (2015). Essa qualificação das crianças conforme as propriedades sociais dos pais provavelmente marcará evidências de senso comum, como se fosse suficiente indicar a origem social das crianças para dar sentido àquilo que elas fazem (ou não).

Pelo contrário, entre as ações e os gestos das crianças e as propriedades sociais dos pais há todo um espaço para uma análise das suas mediações efetivas, incluindo as aprendizagens corporais mais ínfimas da vida cotidiana em um ambiente ao mesmo tempo humano e material. São precisamente as metodologias que mais se aproximam das situações vividas pelas crianças que conseguem entrar nos detalhes do dia a dia familiar, suas variabilidades e recorrências. Isso é bem mais dispendioso em termos de trabalho de campo do que indicar a profissão ou o meio social dos pais. Essas metodologias exigem que os pais sejam efetivamente envolvidos na pesquisa, assim como ter um sistema de investigação capaz de relacionar, de seu ponto de vista, o que as crianças fazem em casa e, por exemplo, nos estabelecimentos coletivos de acolhimento e de educação (Garnier, 2015b).

A fábrica de desigualdades pelas crianças

Quer sejam processos de dominação de acordo com gênero, etnia ou meio social ressaltados aqui, os sociólogos fazem questão de enfatizar que a infância tem peso social. Longe de uma visão romântica de pequenos inocentes, ainda livres da rede da sociedade e mostradas até ontem como puras vítimas das desigualdades, as crianças são também estudadas hoje como agentes dessas desigualdades, até mesmo suas “re-criadoras” (Lignier; Pagis, 2017, p. 14). De fato, em se tratando de reconhecer que as crianças estão longe de serem tão passivas como uma sociologia determinista gostaria, é preciso, por isso mesmo, acrescentar a influência das restrições sociais impostas a elas.

Assim, se a inocência das crianças – inocência no sentido etimológico de quem não nega e se mantém estranho ao processo ao qual é convocado – não é mais aceitável, ela muda de natureza conforme os sociólogos dão voz às crianças. Qualificar as crianças pelas propriedades sociais dos pais torna-se então uma operação indispensável para relativizar a responsabilidade individual das crianças e situá-la, por essa qualificação de seus pais, no conjunto do processo de reprodução das desigualdades sociais. Os pontos de vista das crianças importam menos do que a maneira como eles podem ser interpretados como a expressão desses processos.

No campo de estudo do sentido (da ordem) social em crianças (Lignier; Pagis, 2017), as situações de entrevista com crianças podem se inspirar no mesmo esquema interpretativo. Trata-se assim, por exemplo, de mostrar o contraste entre, de um lado, o silêncio de duas crianças diante de dois pesquisadores em uma entrevista – Julien, cuja mãe é “marfinense” e qualificada como “babá de bebês”, assim chamada pelo filho, e “seu colega de aula Bronson, de propriedades sociais similares” (Lignier; Pagis, 2017, p. 103) (seria necessário questionar também o modo como as crianças nomeiam e adquirem conhecimento das ocupações de seus pais) – e, de outro lado, a conversa animada entre eles sobre o irmão mais velho de Julian que corre como o Super-homem, sobre surfe, sobre tsunami ou sobre aeroportos... Esse contraste está relacionado, seguindo os trabalhos de Bernstein (1975), ao domínio desigual de um estilo de linguagem baseado em um código elaborado, nas classes médias e privilegiadas, em contraste com um estilo de linguagem fundado em um código restrito na classe popular.

Acontece que a situação de entrevista não é apenas um “mercado linguístico” em que entram em jogo relações de dominação social (Bourdieu, 1980), mas uma situação em que claramente atuam as relações sociais entre as crianças e os pesquisadores que tentam “fazê-las falar”. Essas relações têm ainda mais força porque as perguntas feitas às crianças são, de propósito, estranhas às suas experiências cotidianas ou, pelo menos, distantes das suas preocupações correntes. Isso significa que, às vezes, como com Julien e seu colega, os pesquisadores têm dificuldade de “arrancar” até respostas muito breves das crianças (Lignier; Pagis, 2017, p. 102). A chave do trabalho sociológico reside aqui, de um lado, nessa operação que consiste em constituir uma ou outra criança como um representante típico da categoria de crianças desta ou daquela classe (popular, média ou superior), ao mesmo tempo que se apoia em uma qualificação das crianças pelas propriedades sociais atribuídas aos seus pais. Ainda se lida, de outro lado, com a tradução do próprio ponto de vista delas, especialmente quanto à afinidade entre pares e relações sociais objetivas, como são ditadas pelas propriedades sociais dos pais. As diferenças de idade entre pais e filhos permitem também evidenciar disparidades que se apagam à medida que estes crescem; em outras palavras, as classificações das crianças convergem de forma

progressiva para as dos adultos, tacitamente postas como o seu fim, no duplo sentido do termo: realização e finalidade.

Destaque-se também que essa qualificação das crianças pelo meio social dos pais, através de suas ocupações, toma emprestado o antigo significado da palavra “criança” como relação de subordinação doméstica e de inclusão em uma mesma “casa” (Garnier, 1995), cujo primeiríssimo atributo é o pertencimento. A identidade das crianças só é então definida quando integrada a uma “casa” ou a uma “linhagem”. Entretanto, historicamente, foi contra uma sociedade baseada nessa ordem doméstica que esses instrumentos modernos de governo – estatísticos – foram construídos. A atribuição das propriedades sociais dos pais aos filhos tem também o efeito de reduzir o entorno próximo ou distante (irmãos, avós, vizinhos, etc.) apenas ao casal, consagrado pela nossa modernidade, embora considerar esse entorno seja decisivo para a compreensão dos contraexemplos e dessa margem de manobra em relação às designações sociais parentais, como mostrava, por exemplo, Lahire (1995) em sua obra *Tableaux de famille* [Quadros de Família], baseada na noção de interdependência.

Além disso, a atribuição das propriedades sociais dos pais aos filhos está sobretudo fundamentada no processo de reprodução das qualificações através das gerações. O raciocínio sociológico baseia-se em uma identidade de pessoas permanente no tempo e definida *a priori*, apoiada na “mesmice”, em que uma identidade *ipse* da pessoa enfatizaria a alteridade e a incerteza do eu (Ricoeur, 1990). Outra decisão é, de fato, dar à incerteza um valor positivo, ou mesmo fazer da impossibilidade de qualificar as pessoas, adultas ou crianças, de uma vez por todas, o princípio de uma “humanidade comum” (Boltanski; Thévenot, 1991). Portanto, essa atribuição das propriedades sociais dos pais aos filhos não permite, na verdade, se perguntar sobre a *agency* das crianças, uma vez que estas são qualificadas imediatamente por e para uma ordem que preexiste a elas. Essa operação abrevia a pesquisa, e o sociólogo encontra, ao final do seu raciocínio, aquilo que previu de início. A incerteza sobre as qualificações das crianças é assim resolvida *a priori* por essa pré-organização da prova.

A fala das crianças: provas nas entrevistas

A utilização privilegiada da linguagem verbal no trabalho investigativo com as crianças levanta questões sobre o domínio que elas têm da linguagem e da situação social de interação com os pesquisadores. Os sociólogos sabem bem disto: esse domínio varia totalmente conforme as aprendizagens que as crianças desenvolvem no seu ambiente familiar e na sua escolarização. Se essas situações não envolvem necessariamente habilidades escolares, exigem uma fala construída, ou mesmo um discurso argumentativo, e a mobilização de recursos culturais, sobretudo porque a pesquisa diz

respeito a assuntos, como a política, mais ou menos estranhos às realidades cotidianas vividas pelas crianças (Lignier; Pagis, 2017).

As provas realizadas com as crianças têm, assim, todas as chances de fazer, de forma consciente, “perguntas forçadas e artificiais (que) produzem artefatos totalmente construídos que elas acreditam registrar” (Bourdieu, 1993, p. 917). Para além da questão da própria língua (léxico, gramática, competências enunciativas, etc.), é na verdade todo um conjunto de práticas e de traços culturais que a situação de pesquisa põe à prova. É necessário um certo uso da fala: aquele que busca representar o mundo, mais do que agir imediatamente sobre ele, e que anda de mãos dadas com uma “disposição escolástica”, a de uma atitude distante do mundo da ação imediata (Bourdieu, 1997). Desse modo, a pesquisa com crianças transforma suas formas de falar diferenciadas em desigualdades sociais ao não dar a todas elas possibilidades de se expressarem. Mais do que tornar visíveis as diferenças entre crianças, o trabalho investigativo permite (re)produzi-las e transformá-las em desigualdades a partir do momento em que são inseridas diretamente nas coordenadas de uma topografia social vinculada às propriedades sociais de seus pais.

Quando os pesquisadores pedem às crianças que “brinquem de depreciar um ou mais colegas” (Lignier; Pagis, 2017, p. 167), a pesquisa pode exacerbar essas diferenças, suscitando desentendimentos entre crianças cuja violência simbólica pode acabar em injúrias e violência física. Essa prova das crianças reproduz e institui, por sua vez, as hierarquias tanto escolares como sociais. No nível ético, ela se revela igualmente questionável por dar origem a depreciações mútuas entre crianças. Em que medida a violência entre crianças gerada pelo questionamento dos sociólogos não é a retradução das relações de força que primeiro se estabelecem entre elas e os adultos, uma dominação não apenas social, mas também, como sublinham os autores, relações sociais etárias?

Quer se trate desse “jogo” de depreciação mútua ou de “fazer” as crianças quietas “falarem” em resposta às perguntas dos pesquisadores, seria a violência das provas justificada para mostrar que as crianças de fato não são simples vítimas das situações de dominação social, mas que elas contribuem para isso desde o seu nascimento? Como se pode, também, justificar a escolha de provas discriminatórias que os sociólogos sabem muito bem que privilegiam o domínio da linguagem oral e da interação com pesquisadores (aqui, adultos, brancos, de classe média intelectual), bem como experiências e conhecimentos diversamente distribuídos, como aqueles relacionados à política? Essas provas com crianças podem ser qualificadas como “provas de confirmação” (Boltanski, 2009), uma vez que supõem uma relação institucional estabelecida entre, de uma parte, formas simbólicas (neste caso, uma topografia da ordem social vinculada às propriedades sociais dos pais) e, de outra, estados de coisas, as diferenças entre crianças, que tais provas devem confirmar como desigualdades. Dito de

outra forma, no lugar de “não começar por onde se deveria terminar” (Lemieux, 2018), os sociólogos confirmam no final aquilo que previram no início da investigação.

As técnicas de pesquisa com crianças procuram muitas vezes privilegiar entrevistas coletivas para equilibrar, em certa medida, a assimetria das relações sociais etárias por meio do afastamento do pesquisador em situações de discussões entre pares. O fato é que, nos grupos de crianças, os turnos de fala raramente são reequilibrados, porque colocam em jogo não apenas essas competências sociais e linguísticas, mas também o posicionamento relativo de cada criança dentro do grupo de pares, onde influem de novo, de forma indireta, sobre as classificações escolares. Mais uma vez, o dispositivo de pesquisa confirma as hierarquias entre crianças suscitadas no início. Portanto, não surpreende que uma parte das crianças dê respostas corteses às perguntas dos adultos, com um enviesamento de desejabilidade que reflete a assimetria entre pesquisadores e crianças, ou que fiquem caladas. O silêncio delas representa uma resposta eloquente e um recurso contra esses adultos que tentam fazê-las falar (Spyrou, 2011). De fato, se a fala das crianças se tornou efetivamente um direito, ela representa hoje também um dever, ou mesmo um ditame, não apenas no campo do *marketing*, como nos dispositivos participativos que buscam mobilizá-la e ao mesmo tempo moldá-la (Poretti, 2018), e, no momento atual, na Sociologia. Politicamente, a fala é como o saber: ela não se dá, o indivíduo é que deve tomá-la; nesse sentido, pode-se compreender o silêncio das crianças ou suas respostas elípticas como formas de fuga ou de resistência contra essa situação de dominação social e cultural que lhes é imposta.

Para “seguir” as crianças, metodologias visuais

Sobretudo com crianças bem pequenas, o peso da linguagem verbal na situação de pesquisa realça imediatamente as suas fragilidades. Na verdade, a idade das crianças é destacada com frequência como um limite ao trabalho de pesquisa empírico. A transposição de técnicas de pesquisa de início destinadas aos adultos condena as crianças a figurarem como “pequenos” cujos meios de expressão são limitados devido aos próprios formatos de prova utilizados nas situações de pesquisa (Payet et al., 2010).

Além disso, constatamos, em nossos trabalhos realizados em diferentes locais de acolhimento e de educação de crianças pequenas (Garnier et al., 2016)⁵, que a fotografia, esta “arte do silêncio”

⁵ Esta pesquisa coletiva (Garnier et al., 2016), realizada com Gilles Brougère, Sylvie Rayna, Pablo Rupin e Natalia La Valle, foi financiada pela Caisse Nationale d’Allocation Familiale (fundo francês responsável, na Segurança Social, pelo ramo Família) por meio de um edital sobre a qualidade do acolhimento e a socialização de crianças pequenas. Ela foi desenvolvida em todas as etapas da Educação Infantil francesa. Este exemplo diz respeito a 32 crianças de 2 a 3 anos que utilizaram câmeras fotográficas digitais Kidizoom, destinadas ao público infantil, após um período de observação individual parcialmente filmado. Além do consentimento dos pais e dos profissionais, o consentimento das crianças foi avaliado quando da apresentação da câmera e, na sequência, mantendo atenção

(Leenaerts; Roche, 2011), é paradoxalmente um recurso precioso para dar “voz” às crianças (Walker, 1993). Ela permite tanto registrar vestígios da sua atividade fotográfica como analisar seu engajamento por meio de filmagens. Tirar fotos, com uma câmera adaptada às crianças pequenas, não é apenas apertar um botão, é também uma prática social. Sem dúvida alguma, ela se inscreve, como linguagem verbal, na grande diversidade das experiências familiares das crianças⁶. No entanto, a forma como se apropriam da câmera fotográfica e se engajam na situação de pesquisa é amplamente predominante a partir dos 2-3 anos (Rayna; Garnier, 2018).

Mesmo que os pesquisadores não esperem belas fotos como resultado, ou mesmo fotos em que o objeto seja reconhecível, o próprio ato de tirar fotos representa o exercício de uma reflexividade em ação. Essa reflexividade é própria à fotografia, pois instaura uma distância entre as crianças e a vida delas, ordinariamente entrelaçada no mundo: “Fotografar é por essência um ato de não intervenção” (Sontag, 2008, p. 17). A câmera se interpõe, produz um distanciamento entre a criança e o mundo: para fotografar, ela deve, por assim dizer, se desvincular da ação imediata sobre o mundo, tomá-lo como objetos/temas a serem considerados a distância. Daí vem, por exemplo, o abandono da câmera quando a criança vai brincar diretamente com objetos, em vez de tirar foto deles, para demonstrar sua atratividade. Nesse sentido, tirar fotos se parece com um gesto de apontar para pessoas/objetos do mundo, gesto que antecipa o desenvolvimento da linguagem verbal em crianças antes dos 12 meses de idade (Morgenstern et al., 2008). O gesto de enquadramento envolve uma escolha preferencial do fotógrafo, sempre com um quê de acaso, de fortuito ou de involuntário, mas também de retomadas *a posteriori* daquilo que se encontrava no caminho do fotógrafo⁷.

A fotografia oferece, assim, a possibilidade de uma exploração secundária do mundo cotidiano pelas crianças, uma transformação da experiência vivenciada por elas através de uma mudança de “quadro” (Goffman, 1995). A reflexividade envolvida pela prática fotográfica é a do corpo atuante, uma “simbolização sensório-afetivo-motora” (Tisseron, 1996). A “voz” da fotografia evidencia uma dimensão completamente carnal: cada foto testemunha tanto o envolvimento corporal da criança como um mundo à sua altura. Cada foto destaca, assim, a natureza, necessariamente vivida em primeira

a sinais não verbais de distância ou afastamento. Sobre esse aspecto, especialmente sobre as aprendizagens envolvidas na sua prática fotográfica, veja Rayna e Garnier (2018).

⁶ São muito raras as crianças pequenas de nossa pesquisa que possuem uma câmera fotográfica em casa, mas, segundo os pais, grande parte delas já utilizou celulares, sobretudo na classe popular, como indicam Berthomier e Octobre (2019) sobre o uso de telas em geral.

⁷ No campo das “tomadas” de objeto, a análise de Ligner, realizada com crianças da mesma idade, mostra a natureza amplamente situada das “tomadas” das crianças nas interações imediatas, mas também “preferências” que são apropriadas *a posteriori*.

pessoa, de uma experiência situada, “corporificada” (Haraway, 2007), ao mesmo tempo que demanda uma distância do mundo da ação imediata.

A abordagem de uma visita guiada consiste em se deixar conduzir pelas crianças fotógrafas, sem questionamentos prévios e sem a necessidade de “fazê-las falar”, mesmo que surjam conversas informais. Ela inverte, por assim dizer, a postura do adulto, que classicamente faz perguntas às crianças, para as quais espera respostas, em benefício da atitude de um “professor ignorante” (Rancière, 1987). Se essa abordagem vier a esbarrar no quadro institucional, por exemplo, com a proibição de utilizar o espaço dedicado ao descanso dos profissionais, é porque ela o coloca efetivamente à prova – tanto os pesquisadores como as crianças testando juntos os limites institucionais. É aqui, bem concretamente, que o convite de uma sociologia pragmática feita para que os pesquisadores “sigam os atores” (Barthes et al., 2013) encontra a sua materialização, retomando o trabalho de pesquisa que as crianças efetuam.

Essa metodologia envolve igualmente um dispositivo capaz de dar conta do envolvimento conjunto dos pesquisadores e das crianças na atividade fotográfica, graças a uma câmera que os filma. Ela permite, assim, focar não apenas no produto final, as fotos, mas também nas formas como elas são produzidas e nas relações estabelecidas entre crianças e adultos. Nesse sentido, essa metodologia propicia o exercício de uma reflexividade crítica em relação à pesquisa em andamento e dissolve, de fato, a dicotomia entre as pesquisas sobre e com crianças, em favor do seu entrelaçamento recíproco. Por fim, as significações dessa atividade fotográfica infantil devem ser compartilhadas com outros adultos, pais e profissionais. Não é o sociólogo que dá a palavra final ou, ao contrário, a expressão das crianças que é autossuficiente; essa produção de significações entra em diálogo com aqueles que se ocupam das crianças no dia a dia (Garnier, 2017). A dimensão “polifônica” (Tobin, 1988) da metodologia, que cruza, dessa maneira, os pontos de vista e olhares, também é tensionada pelos diferentes campos da pesquisa.

Retorno à agency das crianças

Retornar à *agency* das crianças significa incluir, no próprio cerne da metodologia da pesquisa, uma concepção da *agency* das crianças (e, por princípio, em equivalência à *agency* de adultos) ao mesmo tempo híbrida, distribuída e situada:

- a) híbrida, porque ela compõe com os recursos que os pesquisadores colocam à disposição das crianças – em primeiro lugar, aqui, um objeto, a câmera fotográfica, uma mediação técnica, um ator não humano envolvido na pesquisa;

- b) distribuída, pois ela não considera as crianças em um vácuo social, mas no âmbito do tecido das interdependências onde se trama sua vida cotidiana, tanto do lado das famílias como do lado dos profissionais da infância;
- c) situada, porque ela se atualiza em um local e em um contexto institucional determinado onde pesquisadores e crianças coatuan.

É evidente que essa compreensão de *agency* não se baseia em uma espécie de “espontaneísmo” infantil (Chamboredon, 1975) na medida em que registra suas condições sociais de produção. Além disso, ela não envolve um ponto de vista predominante a partir de uma topografia social: ela não tem, por isso, desigualdades a desvelar, isto é, a produzir com a ajuda de operações de totalização do espaço social, mesmo que seja capaz de mostrar múltiplas diferenças entre as crianças. Ela registra limites de um ponto de vista predominante do qual o sociólogo poderia se servir e ataca a “ilusão de um ponto de vista absoluto a partir do qual o mundo se apresenta como um espetáculo, unitário e unificado, uma vista sem ponto de vista” (Bourdieu, 2001, p. 222). A recusa radical daquilo que Haraway (2007) chama de “truques de deus”, isto é, tanto o relativismo como a totalização de uma visão predominante, não marcada, está conectada à sua insistência em conhecimento situado e incorporado, portanto parcial. Daí seu interesse pelas práticas visuais que são, de fato, sempre visões “de algum lugar”: “trata-se de uma visão objetiva que envolve, mais do que encerra, o problema da responsabilidade ligado àquilo que todas as práticas visuais criam” (Haraway, 2007, p. 117). As práticas visuais não prescindem de um posicionamento moral e político que implica a “responsabilidade de agir de nossas práticas” (Haraway, 2007, p. 123). Em vez de fragilizar “atores frágeis” ou, mais exatamente, já “fragilizados” (Payet et al., 2010), essa responsabilidade exige também não “idealizar e/ou se apropriar da visão dos menos poderosos enquanto se afirma ver a partir da sua posição” (Haraway, 2007, p. 119), pois, também para os “subjulgados”, não há posições “inocentes”.

Conclusão

Para sair da crítica cruzada entre uma certa Sociologia da infância que se baseia na figura de “criança ator” e sociologias da socialização que fazem questão de lembrar a diversidade das crianças e de relacionar as suas desigualdades a múltiplas determinações sociais (Lignier et al., 2023; Pagis; Lignier, 2012), deve-se, por assim dizer, “ficar com o problema” (Haraway, 2012). Não se deve buscar anular reciprocamente as suas críticas, mas contar com a incerteza dos seres que compõem hoje nossos mundos para abrir possibilidades. As crianças, talvez mais do que nunca, são seres híbridos, com vidas polimorfas, com modos de existência plurais, que desafiam as definições unilaterais ou globais de suas

identidades. A questão de testá-las é, portanto, central, quer seja colocada na pesquisa sociológica ou nas práticas comuns.

A agency das crianças aparece como um efeito das escolhas metodológicas da pesquisa, sem deixar de ser um *a priori* sobre as quais ela se baseia ou não. De qualquer forma, o que estabelece a “visão” do pesquisador, para retomar aqui o termo de Paillé (2010), e que opera na esfera das escolhas metodológicas, é sempre uma questão de representação das crianças, no sentido de representações que são ao mesmo tempo políticas e cognitivas, poder e saber. E essas representações tampouco estão em um vácuo institucional.

De fato, não é sem dúvida um acaso que a nossa pesquisa com/sobre crianças pequenas, brevemente evocada aqui, extraia seus instrumentos de uma abordagem anglófona (Clark; Moss, 2001; Clark, 2017), muito mais desenvolvida fora das fronteiras da França. Seria então necessário desenvolver comparações internacionais para compreender até que ponto a Sociologia francesa permanece dependente, de forma direta ou indireta, de tradições educacionais e da influência da escola sobre as desigualdades sociais, particularmente forte no país (Dubet; Duru-Bellat; Vérétout, 2010). As escolhas dos pesquisadores são totalmente políticas e éticas, bem como científicas: dar voz às crianças exige que elas possam contribuir para o trabalho de pesquisa, em vez de lhes ser retirada essa possibilidade.

Referências

- AMOSSE, T.; PENISSAT, E.; SINTHON, R. Trouver une profession mystère. Le sens social, entre appuis institutionnels et réflexivité ordinaire. **Politiques de communication**, Guyancourt, v. 10, p. 159-191, 2018.
- BARTHES, Y.; BLIC, D.; HEURTIN, J.-P.; LAGNEAU, É.; LEMIEUX, C.; LINHARDT, D.; MOREAU DE BELLAING, C.; REMY, C.; TROM, D. Sociologie pragmatique: mode d’emploi. **Politix**, [s. l.], v. 103, p. 175-204, 2013.
- BERTHOMIER, N.; OCTOBRE, S. Enfants et écrans de 0 à 2 ans à travers le suivi de cohorte Elfe. **Culture Études**, Paris, v. 1, p. 1-32, 2019.
- BOLTANSKI, L. **De la critique**: précis de sociologie de l’émancipation. Paris: Gallimard, 2009.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Éditions Métailié, 1991.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. Comment s’orienter dans le monde social. **Sociologie**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 5-30, 2015. Publicado originalmente em 1983. Disponível em: <http://sociologie.revues.org/2501>. Acesso em: 8 fev. 2024.
- BOURDIEU, P. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. (org.). **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.

- BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997.
- BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. **Science de la science et réflexivité**. Paris: Éditions Raisons d'agir, 2001.
- CHAMBOREDON, J.-C. **Le métier d'enfant**: vers une sociologie du spontané. Paris: CERIOCDE, 1975.
- CLARK, A. Les jeunes enfants protagonistes de la recherche et le rôle des méthodes visuelles participatives. In: GARNIER, P.; RAYNA, S. (org.). **Recherches avec les jeunes enfants**: perspectives Internationales. Bruxelles: Peter Lang, 2017. p. 21-37.
- CLARK, A.; MOSS, P. **Listening to young children**: the mosaic approach. London: National Children Bureau, 2001.
- DESROSIÈRES, A. **La politique des grands nombres**: histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte, 2000. Publicado originalmente em 1993.
- DESROSIÈRES, A.; THÉVENOT, A. **Les catégories socio-professionnelles**. Paris: La Découverte, 1988.
- DUBET, F.; DURU-BELLAT, M.; VERETOUT, M. **Les sociétés et leur école**: emprise du diplôme et cohésion sociale. Paris: Seuil, 2010.
- DURKHEIM, É. **Le suicide**. Paris: PUF, 1986. Publicado originalmente em 1897.
- GARNIER, P. **Ce dont les enfants sont capables**. Paris: Éditions Métailié, 1995.
- GARNIER, P. Enfants, parents, professionnelles: regards croisés sur la culture matérielle. In: GARNIER, P.; RAYNA, S. (org.). **Recherches avec les jeunes enfants**: perspectives Internationales. Bruxelles: Peter Lang, 2017. p. 111-133.
- GARNIER, P. L’“agency” des enfants: projet politique et scientifique des “childhood studies”. **Éducation et sociétés**, [s. l.], v. 36, p. 159-173, 2015a.
- GARNIER, P. L’impératif de ‘socialisation’: points de vue de parents sur la vie collective des tout-petits. **SociologieS**, Saint-Denis, 2015b. Disponível em: <http://sociologies.revues.org/5128>. Acesso em: 8 fev. 2024.
- GARNIER, P.; BROUGERE, G.; RAYNA, S.; RUPIN, P. **À deux ans, vivre dans un collectif d'enfants**. Toulouse: Érès, 2016.
- GARNIER, P.; RAYNA, S. (org.). **Recherches avec les jeunes enfants**: perspectives Internationales. Bruxelles: Peter Lang, 2017.
- GOFFMAN, E. **Les cadres de l'expérience**. Paris: Éditions de Minuit, 1995. Publicado originalmente em 1977.

HARAWAY, D. Jeux de ficelle avec les espèces compagnes: rester avec le trouble. In: DESPRET, V.; LARRÈRE, R. (org.). **Les animaux**: deux ou trois choses que nous savons d'eux. Paris: Hermann, 2012. p. 42-72. Publicado originalmente em 1992.

HARAWAY, D. Savoirs situés: la question de la science dans le féminisme et le privilège de la perspective partielle. In: HARAWAY, D. **Manifeste cyborg et autres essais**. Paris: Éditions Exils, 2007. p. 107-142. Publicado originalmente em 1988.

LAHIRE, B. **Tableaux de famille**: heures et malheurs scolaires en milieux populaires. Paris: Gallimard – Le Seuil, 1995.

LEE, N. **Childhood and society**: growing up in an age of uncertainty. London: Open University Press, 2001.

LEENAERTS, D.; ROCHE, D. **La photographie comme art du silence**. Communication à la journée d'étude, Photographie et Indicible, Université de Rennes 2, 12 maio 2011. Disponível em: <http://phlit.org/press/?p=594>. Acesso em: 8 fev. 2024.

LEMIEUX, C. **La sociologie pragmatique**. Paris: La Découverte, 2018.

LIGNER, W. **Prendre**: naissance d'une pratique sociale élémentaire. Paris: Seuil, 2019.

LIGNIER, W.; LOMBA, C.; RENAHY, N. Différencier les enfants. **Politix**, [s. l.], v. 99, p. 9-20, 2012.

LIGNIER, W., PAGIS, J. **L'enfance de l'ordre**: comment les enfants perçoivent le monde social. Paris: Seuil, 2017.

LIGNIER, W.; PAGIS, J. Quand les enfants parlent l'ordre social: enquête sur les classements et jugements enfantins. **Politix**, [s. l.], v. 99, p. 23-49, 2012.

MACKENZIE, C. Agency: un mot, un engagement. **Rives méditerranéennes**, Aix-en-Provence, v. 41, p. 35-37, 2012. Disponível em: <http://rives.revues.org/4139>. Acesso em: 8 fev. 2024.

MILLET, M.; CROIZET, J.-C. **L'école des incapables?**: la maternelle, un apprentissage de la domination. Paris: La Dispute, 2016.

MORGENSTERN, A.; LEROY, M.; MATIOT, É. Le pointage chez l'enfant: origines et fonctions? In: DURAND, J.; HABERT, B.; LAKS, B. (eds.). **Congrès mondial de linguistique française**. Paris: Institut de Linguistique Française, 2008. P. 1805-1818. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/cmlf08170>. Acesso em: 8 fev. 2024.

PAILLE, P. Une enquête de théorisation ancrée. In: GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **La découverte de la théorie ancrée**. Paris: A. Colin, 2010. p. 23-77.

PAYET, J.-P.; ROSTAING, C.; GIULIANI, F. (org.). **La relation d'enquête**: la sociologie au défi des acteurs faibles. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2010.

PORETTI, M. Unexpected allies: expanding the theoretical toolbox of the children's rights sociologist. In: BARALDI, C.; COCKBURN, T. (eds.). **Theorising childhood**: citizenship, rights and participation; New York: Palgrave Macmillan, 2018. p. 111-134.

PROUT, A. **The future of childhood**. London: Routledge, 2004.

RANCIERE, J. **Le maître ignorant**: cinq leçons sur l'émancipation intellectuelle. Paris: Fayard, 1987.

RAYNA, S.; GARNIER, P. Toddlers taking pictures of their preschool life: towards a reflexive approach of qualitative research with young children. **Early Years**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09575146.2018.1493049>. Acesso em: 8 fev. 2024.

RICOEUR, P. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.

SONTAG, S. **Sur la photographie**. Paris: Christian Bourgeois, 2008. Publicado originalmente em 1977.

SPYROU, S. The limits of children's voices: from authenticity to critical, reflexive representation. **Childhood**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 151-165, 2011.

TISSERON, S. **Le mystère de la chambre claire**. Paris: Flammarion, 1996.

TOBIN, J. J. Visual anthropology and multivocal ethnography: a dialogical approach of Japanese preschool size. **Dialectical Anthropology**, [s. l.], v. 13, p. 173-187, 1988.

WALKER, R. Finding the silent voice for the researcher: using photographs in evaluation and research. In: SCHRATZ, M. (ed.). **Qualitative voices in educational research**. London: Falmer Press, 1993. p. 72-92.

ZARCA, B. Le Sens social des enfants. **Sociétés contemporaines**, [s. l.], v. 36, p. 67-101, 1999.

Received: 23/10/2024

Accepted: 29/04/2025

Received: 10/23/2024

Accepted: 04/29/2025

Received: 23/10/2024

Accepted: 29/04/2025

